

12 DEZ 1981

8

JORNAL DE BRASÍLIA

Economistas são a favor da redução das taxas de juros

Recife - Os Participantes do IX Encontro Nacional de Economistas, encerrado ontem em Olinda e promovido pela Anpec, defenderam em sua quase totalidade a redução das taxas de juros internas e a renegociação da dívida externa como meio de se reativar a economia, sem que com essas medidas ocorra uma realimentação inflacionária.

Para alguns economistas, como José Serra, da Universidade de Campinas, "como a liquidez hoje é baixíssima, o incremento dos meios de pagamento — dinheiro em poder do público e depósito à vista — ao nível da taxa inflacionária não causaria problemas, pois o nível de liquidez permaneceria ainda baixo".

Yony Sampaio, do Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Anpec, também defende a tese de que a recessão chegou a um ponto tão crítico que a injeção de recursos na economia, com a redução das taxas de juros, não realimentaria o processo inflacionário: "Pelo modelo teórico keynesiano, uma inflação pode ser de demanda ou de custo. No caso brasileiro, não temos nem uma coisa, nem outra. Logo, a liberação do crédito, com o aumento dos investimentos, pouca repercussão traria ao nível dos preços".

RETOMADA

Os economistas também concordam que a reativação da economia implicará na retomada do nível de crescimento de há dois anos, pois, como a indústria sempre funciona com uma folga no número de empregados, ela não readmitiria uma quantidade de trabalhadores idêntica a de anos anteriores, o que é agravado pelo fato de as fábricas

estarem operando, em muitos casos, com 60 por cento de capacidade ociosa. Quanto à renegociação da dívida, a maioria acha que deve ser feita.

Para Cristovão Buarque, da Universidade de Brasília, "o problema econômico brasileiro é um problema político. Se se decide quem vai pagar o preço da solução, o resto é um problema de arranjos técnicos, obviamente com a ressalva dos aspectos externos sobre os quais não se tem controle interno".

Ele também é da opinião que o governo, ao editar o "pacote eleitoral" pensou na manutenção da atual política econômica, "pois, se mantiver o mínimo de abertura, o governo vai ter que soltar dinheiro para as prefeituras (plano Andreazza), liberar o crédito. Mas aí — diferentemente do que dizem alguns economistas — a inflação sobe outra vez".

"A manutenção da atual política provocará, a partir do próximo ano, a existência de dois milhões e meio de desempregados". O alerta é de Jorge Jatobá, assessor do ministro do Trabalho e professor da Universidade de Brasília, defensor da implantação de frentes de trabalho nos grandes centros urbanos. Ele acha que o plano terá que ser adotado ante o aumento do número de desempregados.

Se Cristovão Buarque entende que o "pacote eleitoral" foi uma maneira que o governo teve para manter a atual política econômica, o economista José Serra acha que "somente nas proximidades das eleições — entre abril e maio — o governo reativará a economia, pois, se ele fizer isso a partir de agora, os efeitos do reaquecimento terão pouca expressão em novembro do próximo ano".